

# SOCIEDADE AGRARISTA “O CAMPESINHADO”

TERRA · COMUNIDADE · FUTURO

---

## Manifesto



A Sociedade Agrarista “O Campesinhado” nasce da convicção de que o rural não é um resto do passado, nem um espaço vazio à espera de ser explorado, privatizado ou convertido em cenário. O rural é território vivo, memória coletiva, cultura material, comunidade, alimento, trabalho, paisagem e futuro.

Perante a fragmentação social, o abandono institucional, a perda de saberes labregos, a burocratização crescente da vida no agro e a pressão continuada sobre a terra, afirmamos a necessidade de reconstruir espaços de organização popular, apoio mútuo e defesa comunal. “O Campesinhado” quer ser um desses espaços: aberto, ativo, enraizado e orientado à recuperação da dignidade coletiva das comunidades rurais.

## Apoio mútuo e organização coletiva



Defendemos o apoio mútuo como princípio básico de vida comunitária. Frente à lógica do isolamento, da competência e da dependência individualizada, apostamos pela cooperação entre vizinhança, aldeias, comunidades de montes, comunidades de águas, pequenas produtoras, famílias labregas, pessoas trabalhadoras do rural e coletivos comprometidos com a defesa do território.

A força do campesinhado não reside apenas na propriedade individual da terra, mas na capacidade de organizar usos comuns, trabalhos compartilhados, redes de ajuda, espaços de decisão coletiva e ferramentas próprias para resolver problemas comuns. A terra precisa de comunidade; e a comunidade precisa recuperar confiança, palavra, assembleia e capacidade de atuação.

Não haverá futuro rural sem tecido social vivo. Por isso, a nossa tarefa não é apenas produtiva, ambiental ou cultural: é também profundamente comunitária. Cumpre reconstruir vizinhança, recuperar lugares habitados, abrir espaços de encontro, formar comunidade e devolver dignidade a quem decide viver, trabalhar e cuidar o território.

## Comunalidade e defesa da terra



A comunalidade nom é uma lembrança folclórica. É uma forma histórica de organização social e territorial que continua a oferecer respostas para o presente. Montes vicinhais, águas comunitárias, caminhos, pastos, soutos, regadios, leiras e lugares formam parte de uma memória comum que nom pode ser reduzida a mercadoria.

Defendemos a terra como bem de uso, cuidado e transmissom entre geraçoms. Nom a entendemos como simples ativo económico, mas como base material da vida. Por isso, opomo-nos à lógica extractiva que esgota os solos, destrói a biodiversidade, rompe os vínculos comunitários e converte o rural num espaço subordinado a interesses alheios.

A defesa do comunal é também defesa da democracia direta, da assembleia, da responsabilidade coletiva e da capacidade dos povos para decidir sobre os seus recursos. Ali onde há monte comum, água comum, caminhos comuns ou memória comum, há também uma possibilidade de futuro que nom deve ser entregue nem ao abandono nem à cobiça.

## Agroecologia, regeneração e soberania



Reivindicamos a agroecologia, a agricultura e a gandeiria regenerativas, a permacultura e os saberes tradicionais atualizados como caminhos para recuperar a fertilidade da terra, restaurar os ciclos da água, aumentar a biodiversidade, alimentar as comunidades e reconstruir autonomia.

Nom queremos um rural submetido ao monocultivo, à dependência química, à degradação dos solos ou à simples produção de mercadorias baratas para mercados distantes. Queremos sistemas vivos, diversos, adaptados ao território, capazes de integrar árvores, animais, cultivos, pastos, sebes, soutos, hortas, sementes, água e comunidade.

Rejeitamos a dependência dos agrotóxicos, das sementes privatizadas e dos organismos modificados geneticamente quando servem para concentrar poder, empobrecer a autonomia labrega e submeter a produção de alimento aos interesses das grandes corporações. Defendemos sementes livres, diversidade cultivada, razas autóctonas ben manexadas, agroecossistemas biodiversos e conhecimentos compartilhados como base material da soberania alimentar.

A produção de alimento nom pode estar separada do cuidado da terra. A gandeiria nom pode ser reduzida a confinamento industrial. A agricultura nom pode depender de destruir a vida do solo. A floresta nom pode ser convertida em fábrica de madeira rápida. O rural que defendemos nom é um deserto verde nem um polígono agroindustrial: é um tecido complexo de vida, cultura, produção, cuidado e pertença.

## Contra o extractivismo no agro



Opomo-nos ao modelo de exploração capitalista extractivista que pretende transformar o rural num espaço de sacrifício. Nom aceitamos que as aldeias, montes, rios, vales e terras comunais sejam tratados como suportes disponíveis para monocultivos intensivos, macrogranjas, parques eólicos impostos, encoros, plantas industriais de biogás, minas, infraestruturas agressivas ou qualquer outra forma de ocupação que degrade o território e expulse vida.

Nom confundimos energia limpa com espólio territorial. Nom confundimos modernização com destruição da paisagem. Nom confundimos desenvolvimento com concentração de poder económico. O rural nom pode ser obrigado a carregar cos custos ambientais, sociais e culturais de modelos decididos desde longe e impostos sobre comunidades debilitadas.

Denunciamos a lógica colonial que trata o rural como território disponível: espaço onde instalar o que outros nom querem ver, de onde extrair energia, madeira, água, alimento barato ou créditos verdes, e sobre o qual decidir desde fora. Nom aceitamos ser periferia sacrificável de nenhum centro económico, urbano, estatal ou corporativo.

Defendemos que qualquer projeto sobre o território deve subordinar-se ao bem comum, à decisão comunitária, à proteção da biodiversidade, à justiça social, à escala humana e à permanência da vida rural. O que destrói comunidade, empobrece solos, mercantiliza a água, degrada a paisagem ou rompe a continuidade dos lugares nom é progresso: é saqueio.

Frente ao dogma do crescimento ilimitado, afirmamos a necessidade de um horizonte decrescentista, comunitário e enraizado: produzir menos destruição, consumir menos território, reduzir

dependências externas e recuperar escalas humanas de vida, trabalho e cuidado. Não se trata de empobrecer o rural, mas de libertá-lo da obrigação permanente de sacrificar-se em nome de benefícios alheios.

## Contra a burocratização da vida rural



Denunciamos também a sobrenormatização burocrática que, desde as instituições, desde os despachos e desde a própria Europa, impõe cargas, linguagens, trâmites e exigências muitas vezes impossíveis para pequenas comunidades, pessoas labregas, coletivos vizinhos e formas tradicionais de uso da terra.

Não rejeitamos a regulação quando protege o comum, o meio natural ou os direitos coletivos. Mas opomo-nos a uma burocracia que afoga precisamente quem cuida o território, enquanto abre portas aos grandes interesses económicos que sim contam com equipas técnicas, jurídicas e financeiras para cumprir, contornar ou capturar a norma.

O campesinado não pode ser tratado como suspeito permanente na sua própria terra. As comunidades não podem ser empurradas à parálise administrativa enquanto o extractivismo avança com autorizações, simplificações e declarações de interesse. Precisamos normas ao serviço da vida rural, não uma vida rural submetida à máquina normativa.

## Respeito polo meio natural e pola vida compartilhada



O território nom nos pertence como objeto morto. Habitamos os montes junto com outros seres, outras formas de vida e outros equilíbrios que nom podemos ignorar. A defesa da terra exige respeito polos rios, polos solos, polos bosques, polos animais, polos polinizadores, polos fungos, polas sementes, polos ciclos naturais e por todas as presenças que fazem possível a vida.

A nossa visom nom separa comunidade humana e meio natural. Nom há rural vivo num território morto. Nom há soberania comunitária sobre solos destruídos. Nom há futuro labrego sem água limpa, sem biodiversidade, sem fertilidade, sem animais bem tratados e sem paisagens cuidadas.

Por isso defendemos práticas de regeneraçom ecológica, custódia do território, restauraçom de ecossistemas, proteçom das massas autóctones, recuperaçom de soutos, diversificaçom produtiva, manejo responsável do lume, gandeiria extensiva bem integrada e formas de cultivo que aumentem a vida em vez de a empobrecer.

## Memória agrarista e futuro rural



Reivindicamos a memória das sociedades agrárias, dos sindicatos labregos, das juntas vicinais, das formas comunitárias de trabalho e das lutas populares pela dignidade do campesinado. Essa memória não deve ficar encerrada nos livros ou nos museus: deve servir para pensar, organizar e agir no presente.

O agrarismo que reivindicamos não é nostalgia. É uma inspiração para construir um rural consciente, culto, solidário e capaz de defender os seus direitos. Um rural que não aceite ser tratado como periferia, reserva de recursos, postal turística, parque temático ou espaço de sacrifício.

O nosso horizonte liga a memória das lutas labregas com as novas formas de resistência territorial, agroecologia, soberania alimentar, comunalidade, feminismos rurais, defesa da biodiversidade, justiça social e autonomia comunitária. Não queremos voltar a um passado idealizado: queremos abrir futuro desde as raízes.

## Rehabitar com dignidade



Rehabitar o rural não pode significar apenas ocupar casas vazias ou consumir paisagem. Rehabitar com dignidade significa reconstruir comunidade, recuperar ofícios, defender a terra, participar na vida comum, respeitar a memória dos lugares e criar condições materiais para viver sem dependência, precariedade ou isolamento.

Precisamos aldeias com crianças, velhas e velhos acompanhados, pessoas novas com futuro, terra acessível, casas habitáveis, serviços básicos, cultura própria, comunicações dignas, assembleias vivas e economias enraizadas no território.

Rehabitar é também regenerar o tecido social ferido pelo abandono, pela emigração, pela divisão interna, pela perda de confiança e pela imposição de modelos que nos ensinam a competir em vez de cooperar. A defesa do território começa também na reconstrução dos vínculos entre as pessoas que o habitam.

## Um rural vivo, consciente e solidário



Queremos contribuir para um rural vivo: com gente, com trabalho digno, com soberania alimentar, com gestom comunitária dos bens comuns, com cultura própria e com capacidade de decidir sobre o seu território.

Queremos um rural consciente: capaz de reconhecer os seus direitos, a sua história, os seus recursos e também as ameaças que enfrenta. Um rural que pense por si mesmo, que se forme, que leia, que debata e que nom delegue sempre em outros a interpretação do seu destino.

Queremos um rural solidário: onde as comunidades nom caminhem isoladas, onde a experiência de umas sirva de apoio a outras, onde os conflitos nom sejam aproveitados para dividir, e onde a cooperação permita reconstruir força social.

Queremos um rural combativo, mas nom fechado; enraizado, mas nom imóvel; popular, mas nom antiintelectual; produtivo, mas nom destrutivo; ecológico, mas nom decorativo; comunitário, mas nom subordinado, livre de venenos industriais, de dependências corporativas e de modelos de crescimento que devoram a terra que dizem desenvolver.

## Terra, comunidade e futuro



“O Campesinhado” nasce para ligar três ideias inseparáveis: terra, comunidade e futuro.

Sem terra, nom há autonomia material.

Sem povo organizado, nom há defesa possível.

Sem futuro comum, o rural converte-se apenas em ruína administrada.

Por isso chamamos a participar, colaborar e construir. Desde a pequena escala, desde os lugares, desde as comunidades concretas, desde a palavra compartilhada e o trabalho comum. Porque a defesa do rural nom virá apenas de fora, nem de arriba: terá que nascer também desde dentro, desde a gente que o habita, o trabalha, o lembra e o quer vivo.



**Por um rural coletivo e com consciência!**  
**Por um campesinado organizado, digno, agroecológico e comunal!**  
**Pela terra, polo comunidade e polo futuro!**

---

© 2026 Sociedade Agrarista “O Campesinado”